



EXIGÊNCIAS LEGAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Érica da Silva Sousa (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Heloisa Toshie Irie Saito (Orientadora), e-mail: ericasilvapri@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR.

Educação, Educação Pré-Escolar

Palavras-chave: Educação Infantil, formação docente, documentos legais.

Resumo:

Devido à falta de exigência legal para a educação infantil até a década de 80 era comum a atuação de pessoas sem formação específica para atuar nesse nível de ensino, pois predominava o caráter assistencialista. Como defendemos a importância dessa formação, esta pesquisa de iniciação científica objetivou verificar na legislação brasileira e na paranaense voltada para a educação infantil as exigências legais para a atuação profissional ao longo da trajetória histórica de afirmação dessa etapa educacional. Justifica-se pela necessidade de compreender essa trajetória a fim de avançarmos na qualidade da contratação de profissionais para atuarem na educação infantil, qualificando dessa forma o processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Para a efetivação dessa investigação, realizamos um estudo de documentos nacionais e paranaenses da área da educação infantil, visando apresentar o contexto histórico em que ela surgiu, analisando as exigências legais estabelecidas para a formação docente a nível nacional e, em especial, a nível estadual, até os dias atuais. Ao realizar esse estudo, chegamos à conclusão de que ao longo da história da educação infantil brasileira formar profissionais bem qualificados para atuar nesse nível de ensino não caracterizou-se como prioridade entre as políticas públicas desenvolvidas e, consequentemente, a qualidade da educação ofertada para as crianças menores de seis anos foi comprometida.

Introdução

A presente pesquisa caracterizou-se como bibliográfica e documental, objetivando verificar na legislação brasileira e na paranaense voltada para a educação infantil as exigências legais que determinaram e determinam o nível de formação acadêmica para a atuação na educação infantil, ao longo da trajetória histórica de afirmação dessa etapa educacional.

Partimos do pressuposto que as experiências e os conhecimentos adquiridos na primeira infância são de fundamental importância para o desenvolvimento do ser humano e por isso ele precisa ser adequadamente

estimulado. Por esse motivo, é indispensável que o profissional da educação infantil seja bem qualificado, possuindo conhecimentos teórico-práticos de base sólida que fundamentem sua prática pedagógica, para que assim possa atuar de modo qualitativo, possibilitando desse modo o desenvolvimento integral da criança.

Enfatizada a importância do papel do professor, percebemos a necessidade de um processo de estudo e reflexão constante, em decorrência das exigências relacionadas à sua formação. No entanto, na história da educação infantil brasileira, nem sempre isso foi um objeto de preocupação como podemos observar ao verificar a trajetória da educação infantil em nosso país.

Materiais e métodos

Essa pesquisa teve como procedimento metodológico a abordagem qualitativa denominada pesquisa exploratória, pois explora um problema, procurando, através de uma pesquisa aprofundada, esclarecê-lo.

Compreendemos que investigar na legislação brasileira e paranaense as exigências legais para a atuação na educação infantil é uma forma de melhor conhecer esta temática e, por conseguinte, de modificar nossa percepção sobre o objeto investigado, ampliando assim nosso conhecimento acerca da formação de professores para a educação infantil.

Para trilhar esse procedimento metodológico, selecionamos artigos e livros recentes dos últimos dez anos. Os artigos foram selecionados através da busca das palavras chaves “educação infantil”, “formação docente” e “documentos legais”, nas plataformas *Scielo* e no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), mas também utilizamos como referencial teórico alguns artigos selecionados previamente para a elaboração do projeto. No total foram selecionados cerca de vinte e três (23) artigos, em sua maioria da plataforma *Scielo*. Além dos artigos, foram selecionados três livros, dos quais dois deles foram apresentados por professoras da graduação que buscavam fundamentar o debate acerca da formação específica para o desenvolvimento de uma educação de qualidade. Utilizamos como critério de seleção o objeto de estudo dos livros, os quais se concentraram no processo formativo dos profissionais para a primeira etapa da educação básica e no desenvolvimento das crianças inseridas nela.

Também selecionamos alguns documentos nacionais e paranaenses da área da educação e, em especial, da educação infantil. Através dessa seleção organizamos um banco de dados com toda a legislação encontrada e outros documentos que discutem a formação dos profissionais da educação infantil. Fizemos uma leitura cautelosa e fichamentos, fazendo a análise e o levantamento de questões pertinentes para a pesquisa em questão. Por fim, traçamos a trajetória histórica das legislações verificadas, destacando a formação exigida legalmente para atuar na educação infantil.

Resultados e Discussão

O presente trabalho apresentou a trajetória histórica da educação infantil brasileira nos documentos legais, a fim de verificar o nível de exigência na formação dos que atuam na educação infantil. Foi uma maneira de compreender a atual condição e organização que se encontra esse nível educacional e o que é necessário para a promoção de uma educação de qualidade.

De acordo com Ferreira (2017) a demanda por instituições de educação infantil surgiu no Brasil no final do século XIX devido às mudanças sociais e econômicas, provocadas pela revolução industrial. Nessa circunstância, o objetivo da educação infantil era auxiliar as mulheres que adentravam no mercado de trabalho e as viúvas desamparadas. Para isso utilizava-se do trabalho de pessoas sem escolaridade básica, já que esses profissionais tinham como única função suprir as necessidades básicas das crianças para garantir a sobrevivência delas.

Essa situação percorreu até o ano de 1988, quando a educação infantil passou a ser vinculada ao sistema educacional, deixando de ser regulamentada pelas esferas da saúde, assistência e trabalho.

Posteriormente à aprovação da Constituição de 1988, ocorreu a aprovação de uma série de leis e documentos que visavam regulamentar e favorecer a promoção de uma educação de qualidade para as crianças de 0 a 6 anos. Esses documentos contribuíram para o repensar da concepção assistencialista que permeou por muito tempo nas instituições de educação infantil. Consequentemente, ultimamente, verificamos que, em sua maioria, creches e pré-escolas públicas e privadas possuem uma preocupação pedagógica, pelo menos em seu projeto político pedagógico.

Nesse enquadramento, quando iniciamos o desenvolvimento dessa iniciação científica tínhamos a necessidade de analisar as exigências legais para atuar na educação infantil ao longo da trajetória histórica de afirmação desse nível educacional, posto que parte considerável da sociedade não reconhece a importância desses profissionais e infelizmente presumem que são mão de obra pouco qualificada. Entretanto, na medida em que nós desenvolvemos a pesquisa passamos a compreender que esse processo de “desqualificação” dos profissionais da primeira etapa da educação básica consiste em um processo consciente e intencional da parte governamental.

Diante da análise dos seguintes documentos legais: Constituição da República Federativa do Brasil (CF), o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF, os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil-RCNEI, o Referencial Curricular do Paraná-RCP, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil-DCNEI, o Plano Nacional de Educação-PNE e a Base Nacional Comum Curricular-BNCC passamos a compreender que eles contribuíram para a garantia legal de uma qualificação das ações no âmbito da educação infantil. Contudo, partindo da

importância que esses documentos representam para a educação infantil e da trajetória em que se desenvolveu essa etapa da educação tão crucial para o desenvolvimento humano, consideramos que eles deveriam preencher todas as possíveis lacunas que de alguma forma propiciam a desvalorização da educação infantil, dialogando de fato com a realidade presente nas salas de aulas dessa etapa de ensino.

Conclusões

A partir da análise dos documentos legais que regulamentam a educação infantil, identificamos que com a LDB 9.394/96, pela primeira vez na história do Brasil, foi estabelecido uma formação mínima em nível de graduação para atuar no nível de ensino em discussão, iniciando uma busca para formar profissionais em nível superior. No entanto, lamentavelmente, a história da educação infantil brasileira nos revela que os esforços para formar profissionais em grande proporção sobrepunderam-se aos esforços de formar profissionais com qualidade e viabilizaram a ampliação da participação do mercado privado nessa formação.

Ao traçar um panorama sobre as exigências de formação dos profissionais presentes nas legislações para a atuação na educação infantil, constatamos que os objetivos para a educação infantil não se demonstraram como prioridades entre as políticas públicas desenvolvidas. Adverso a isso, verificamos que a educação infantil foi organizada tendo como respaldo os documentos legais, de modo a assegurar a manutenção do sistema capitalista.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq por colaborar com o desenvolvimento da pesquisa. Agradeço aos meus irmãos, Jéssica Priscila da Silva e Maike da Silva, por todo cuidado, carinho e incentivo neste ano tão caótico devido à pandemia de Covid-19.

Agradeço a minha orientadora, professora Dra. Heloisa Toshie Irie, pela competência e dedicação em me orientar.

Referências

FERREIRA, Otavio Henrique; SOARES, Ademilson de Sousa. Educação Infantil no Brasil: história e desafios contemporâneos. **Argumentos Pró-Educação**, Pouso Alegre, v.2, nº4, p. 301-320, maio – ago, 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – 4. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. 59 p. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?se quence=1&isAllowed=y Acesso em 16 mar 2021.